declaradas perdidas a favor do Estado, bem como os objectos que tenham servido ou estivessem destinados a servir para a prática da infracção e ainda o produto que resulte dessa mesma infracção.

ARTIGO 33

(Penas acessórias)

As sanções previstas na presente Lei podem ser aplicadas concomitantemente com uma ou mais das seguintes penas acessórias:

- a) privação do direito de participar em concurso público que tenham por objecto o fornecimento de bens e serviços ou a atribuição de licença;
- b) encerramento, total ou parcial, do estabelecimento até à verificação de que a situação que motivou a aplicação da pena e da sanção acessória se encontra corrigida;
- c) suspensão ou cancelamento da licença.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

ARTIGO 34

(Normas subsidiárias)

Em tudo o que não estiver expressamente previsto na presente Lei, aplica-se subsidiariamente as normas constantes das Leis do Ambiente, de Minas, Regulamento de Segurança Técnica e de Saúde para Actividades Geológico-Mineiras, Regulamento de Transporte Automóvel, Regulamento sobre Gestão de Resíduos, Convenções Internacionais e Protocolos ratificados por Moçambique.

ARTIGO 35

(Competência regulamentar)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente Lei, no prazo de 180 dias, após a data da sua publicação.

ARTIGO 36

(Revogação)

É revogada toda legislação que contrarie à presente Lei.

ARTIGO 37

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 11 de Novembro de 2010.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 4 de Janeiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Lei n.º 7/2011

de 11 de Janeiro

Havendo necessidade de criar o regime jurídico do voluntariado e actividades afins, que assenta na tradição e na história do povo moçambicano, consubstanciado no respeito,

solidariedade e ajuda mútua, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Objecto)

A presente Lei estabelece o regime jurídico do voluntariado e de realização de actividades afins prestadas por pessoa singular ou colectiva, de direito público ou privado, que tenha em vista o interesse público.

ARTIGO 2

(Âmbito)

A presente Lei aplica-se à todo o cidadão, às entidades nacionais e estrangeiras que promovem o voluntariado na República de Moçambique.

ARTIGO 3

(Definição)

Considera-se voluntariado, para efeitos da presente Lei, a prática livre de acções de interesse social e comunitário, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção para o benefício dos indivíduos e da comunidade, praticadas por entidades singulares e colectivas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos.

ARTIGO 4

(Natureza jurídica)

1. O voluntariado não gera vínculo laboral ou afim, mas o prestador pode ser ressarcido junto à entidade promotora, pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho do serviço voluntário.

2. As despesas a serem ressarcidas ao voluntário devem ser comprovadas junto à entidade promotora.

ARTIGO 5

(Valor social)

O Estado reconhece o valor social do voluntariado como expressão livre, activa e solidária de promoção da cidadania e garante a sua autonomia e pluralismo.

ARTIGO 6

(Princípios fundamentais)

O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência, que se materializam através da:

- a) solidariedade de todos os cidadãos que realizem acções de voluntariado à favor de quem necessita;
- b) intervenção das entidades promotoras do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários realizam a sua actividade;
- c) possibilidade de as entidades promotoras do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada;
- d) cooperação entre entidades que estejam estatutária e legalmente definidas;

- e) não contraprestação salarial pelo exercício do seu serviço;
- f) convergência e harmonização da acção do voluntário com a cultura da comunidade local.

ARTIGO 7

(Seguro de risco)

Sempre que as acções praticadas em regime de voluntariado possam perigar a vida ou pôr em causa a integridade física, ou ainda, que possam acarretar eventuais riscos para a pessoa voluntária, as entidades públicas ou privadas promotoras devem providenciar um seguro que cubra a totalidade dos riscos a que o voluntário se encontra exposto.

CAPÍTULO II

Direitos e Deveres do Voluntário

ARTIGO 8

(Direitos)

1. São direitos do voluntário:

- a) exercer o serviço voluntário em condições de segurança;
- b) ter acesso a programas de formação, tendo em vista o aperfeiçoamento do serviço voluntário;
- c) faltar justificadamente, se for empregado, até 3 dias, por motivo do cumprimento de missões urgentes em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
- d) receber da entidade promotora indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias definidas legalmente, em caso de acidentes ou doenças contraídas no exercício do serviço voluntário;
- e) estabelecer com a entidade promotora relações mútuas de coordenação, indicando claramente o conteúdo, natureza e duração do serviço voluntário que vai realizar;
- f) ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela entidade promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade.

2. As faltas justificadas, até 3 dias, previstas na alínea c) contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço prestado à entidade empregadora e não implicam a perda de remuneração.

ARTIGO 9

(Deveres)

São deveres do voluntário:

- a) observar os princípios deontológicos pelos quais se rege o serviço do voluntariado, designadamente o respeito pela vida privada de todos quanto se beneficiam;
- b) observar as normas que regulam o funcionamento da entidade promotora na qual presta colaboração e dos respectivos programas ou projectos;
- c) actuar de forma diligente, isenta e solidária;
- d) participar em programas de formação que eventualmente possam ser organizados, destinados ao correcto desenvolvimento do serviço voluntário;
- e) colaborar com os demais colegas da entidade promotora, respeitando as suas opções e seguindo as orientações do respectivo pessoal técnico;

- g) utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade.

ARTIGO 10

(Responsabilidades da entidade promotora)

Entre a entidade promotora e o voluntário deve ser estabelecido um acordo onde conste o seguinte:

- a) a definição do âmbito do serviço voluntário, tendo em conta o perfil do voluntário, os domínios da actividade previamente definidos pela entidade promotora, os critérios de participação nas actividades por ela promovidas, a sua duração e as formas de cessação;
- b) as condições de acesso aos locais onde deve ser desenvolvido o serviço voluntário, tais como: lares, estabelecimentos prisionais e hospitalares, entre outros;
- c) realização das acções de formação destinadas ao bom desenvolvimento do serviço voluntário e sua avaliação periódica;
- d) o modo de resolução de conflitos entre a entidade promotora e o voluntário.

CAPÍTULO III

Pessoas Colectivas do Serviço Voluntário

ARTIGO 11

(Qualificação)

Qualificam-se como pessoas colectivas de serviço voluntário, as pessoas jurídicas de direito público e privado, sem fins lucrativos, desde que o seu objecto social e normas estatutárias atendam os requisitos definidos na presente Lei.

ARTIGO 12

(Objecto social da pessoa colectiva do serviço voluntário)

No objecto social da pessoa colectiva do serviço voluntário deve constar o seguinte:

- a) promoção do voluntariado;
- b) desenvolvimento da democracia, da cidadania e respeito pelos Direitos Humanos;
- c) promoção da assistência social e saúde pública;
- d) participação em actividades de preparação e resposta a desastres naturais ou outros;
- e) promoção da cultura, defesa e conservação do património histórico e artístico;
- f) defesa e preservação do meio ambiente.

ARTIGO 13

(Reconhecimento jurídico)

A pessoa colectiva do serviço voluntário é constituída e reconhecida nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 14

(Perda de qualidade)

Perde a qualidade de pessoa colectiva do serviço voluntário nos seguintes casos:

- a) a pedido da própria pessoa colectiva do serviço voluntário;

ARTIGO 15

(Parcerias)

As pessoas colectivas do serviço voluntário podem firmar parcerias com instituições governamentais e privadas, estabelecendo o vínculo de cooperação para execução e fomento das actividades de interesse público.

ARTIGO 16

(Fiscalização)

A execução do objecto de parceria é acompanhada e fiscalizada por:

- a) órgão de administração pública da área de realização da actividade voluntária;
- b) órgãos da pessoa colectiva pública ou privada da entidade promotora parceira na cooperação.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 17

(Proibição)

É proibida às pessoas colectivas do serviço voluntário a participação em campanhas de natureza político-partidário ou eleitorais.

ARTIGO 18

(Adesão de outras pessoas colectivas)

As pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos, constituídas e reconhecidas com base noutros textos legais, podem adquirir o estatuto de pessoa colectiva de serviço voluntário, desde que observem os requisitos estabelecidos na presente Lei.

ARTIGO 19

(Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros a regulamentação da presente Lei, no prazo de 180 dias, contados da data da sua entrada em vigor.

ARTIGO 20

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 14 de Dezembro de 2010.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 4 de Janeiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Lei n.º 8/2011

de 11 de Janeiro

Havendo necessidade de dinamizar o processo de cobrança de dívidas tributárias e incentivar os sujeitos passivos a normalizar a sua situação tributária, ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 2 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Âmbito de aplicação e objecto)

É concedido o perdão de quaisquer multas, juros, custas de processo executivo e demais acréscimos legais decorrentes de impostos nacionais e autárquicos ou de incumprimento de obrigações acessórias, cuja dívida tenha sido constituída até 31 de Dezembro de 2010.

ARTIGO 2

(Condições do perdão)

O perdão a que se refere a presente Lei é concedido sob a condição do sujeito passivo proceder à regularização do imposto em dívida, até 31 de Dezembro de 2011.

ARTIGO 3

(Regulamentação)

Compete ao Governo regulamentar a presente Lei, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011.

ARTIGO 4

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor a 1 de Janeiro de 2011.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 15 de Dezembro de 2010.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 4 de Janeiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.